

Comunicação 1

Salário nos modelos macroeconômicos

ADROALDO M. DA SILVA *

1 — Introdução

Neste trabalho tentamos dar uma visão panorâmica de como os salários são tratados usualmente em modelos macroeconômicos. A análise não pretende ser exaustiva, tratando fundamentalmente de duas visões: a clássica e a keynesiana. Neste último caso, enfatiza mais a própria contribuição de Keynes¹ e menos a visão dos chamados *keynesianos hidráulicos*.² No caso clássico, tomamos como ponto de referência a já clássica obra de Patinkin.³

Na análise evitamos deliberadamente o rigor analítico. O objetivo foi centrá-la nas diferenças substantivas que separam as duas visões, e isto, em nossa opinião, não pode ser feito com modelos sofisticados, a menos que estejamos dispostos a produzir um tratado sobre macroeconomia moderna.

O trabalho está dividido da seguinte forma: primeiro, analisamos o modelo clássico, a partir do mercado de trabalho (nosso objetivo neste particular é mostrar a irrelevância da análise clássica para o entendimento dos problemas advindos da contínua preocupação, nas sociedades modernas, com os principais determinantes

* Da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP.

¹ John M. Keynes, *The General Theory of Employment, Interest and Money* (Harcourt, Brace & World, Inc.), especialmente Caps. 2, 3, 5 e 19.

² Alan Coddington, "Keynesian Economics: The Search for First Principles", in *Journal of Economic Literature*, vol. XIV, n.º 4 (dezembro de 1976).

³ Don Patinkin, *Money, Interest and Prices* (Nova York: Harper & Row, 1965), especialmente Caps. XIII e XIV.

do nível de emprego global); segundo, tentamos mostrar quais os principais atributos da análise keynesiana do mercado de trabalho e como eles oferecem uma resposta mais adequada aos problemas mencionados (em particular, mostramos como Keynes dá uma nova dimensão à análise do mercado de trabalho); finalmente, tratamos da relação salários/preços e tentamos daí derivar uma teoria de inflação, na qual os elementos focais residem em algumas incompatibilidades redistributivas.

2 — O modelo clássico

Nesta seção tentaremos isolar os elementos básicos da teoria clássica de emprego e salários. Para este fim, indicamos a obra de Patinkin como uma das mais completas exposições macroeconômicas do sistema clássico. Sem pretender fazer uma apreciação geral da obra em questão, convém no entanto registrar as razões pelas quais foi ela escolhida para os fins de nossa apresentação.

Primeiro, porque é certamente o mais rigoroso trabalho a mostrar que — mantida a hipótese de pleno emprego — há uma perfeita integração entre as teorias do valor e monetária do sistema clássico, as quais até a data da publicação da obra de Patinkin eram tidas como independentes. De um lado, a teoria do valor explicava o comportamento e a formação dos preços relativos de bens e serviços. De outro, a teoria monetária, consubstanciada na teoria quantitativa da moeda, explicava o comportamento do índice geral de preços. A integração destas duas teorias através do *efeito liquidez real* qualifica o trabalho em questão como uma obra clássica em macroeconomia.

Segundo, a obra também é clássica num outro sentido: no de tentar provar que as forças automáticas do sistema de preços — mantida a hipótese de flexibilidade de preços e salários — seriam poderosas o suficiente para reconduzir o sistema econômico ao nível de produto de pleno emprego da mão-de-obra, sempre que aquele fosse sujeito a um choque exógeno. Pretende assim minimizar o impacto da crítica de Keynes de que desemprego involuntário da

mão-de-obra seja uma característica do sistema capitalista. Dentro da melhor tradição clássica, Patinkin argumenta que desemprego involuntário é ou fenômeno temporário ou fenômeno provocado por um artificialismo através do qual se tenta fixar o salário nominal sem respeitar a operação das forças automáticas do sistema de preços. Esta é, na verdade, a tese que pretendemos apreciar neste trabalho.

Neste tipo de aproximação, a compreensão do funcionamento do mercado de trabalho na visão clássica é de fundamental importância, se quisermos compreender as falácias nela contidas. Nosso ponto de partida é a definição de pleno emprego para os clássicos.

A exemplo do que usualmente se faz, Patinkin especifica o mercado de trabalho da seguinte forma:

$$N^d = f(w/p, K_0) \quad \text{ou} \quad w/p = F_n(N, K_0) \quad (1)$$

$$N^s = g(w/p) \quad (2)$$

$$N^d = N^s \quad (3)$$

Onde:

i) $f(\dots)$ é a função demanda de trabalho ao nível agregado que depende do nível de salário real e de um dado estoque de capital, o qual é mantido constante para fins de nossa análise. A relação (1) é derivada a partir da condição de equilíbrio de uma firma hipotética que maximiza lucro, sujeita às restrições normais de um mercado competitivo. Assim, dada a função de produção $y = F(N, K_0)$ — em outras palavras, a tecnologia — o preço do bem e o nível do salário nominal (w), a empresa escolhe o nível de emprego N^* de forma a maximizar seu lucro, ou seja, iguala o salário real — (w/p) — ao produto físico marginal do trabalho — $F_n(N, K_0)$. Esta é a condição de equilíbrio da firma. Extrapolando-se este resultado para todas as demais empresas do mercado, obtém-se a relação (1) anterior. Convém também notar que esta condição de equilíbrio mais a função de produção define a curva de oferta agregada da economia. Note-se ainda que a relação (1) é derivada da hipótese crítica de que cada empresa é capaz de vender

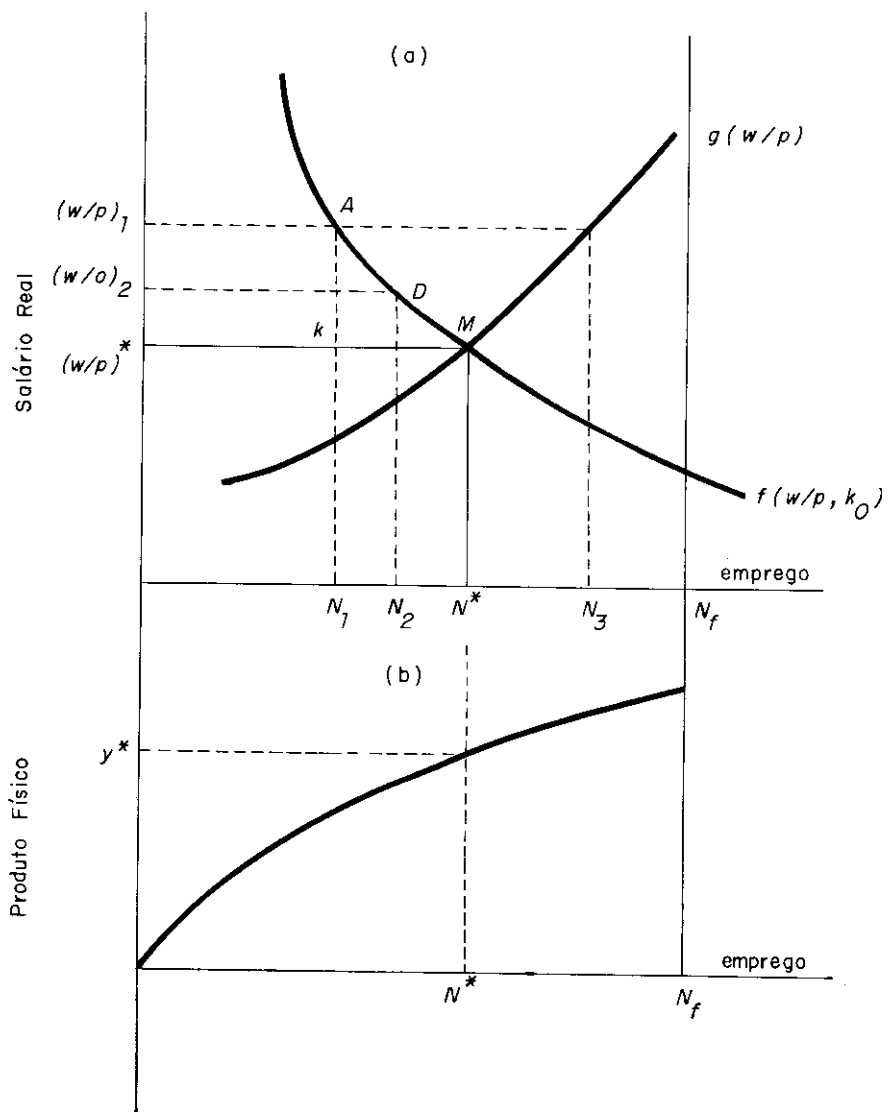
a produção que lhe permite maximizar o lucro ao nível de preço reinante no mercado, o qual é por ela tomado parametricamente, ou seja, não há falsificações entre planos e realizações. Este é um ponto de fundamental importância para entendermos a dinâmica do mercado de trabalho e os senões da análise de Patinkin.

ii) A função $g(\dots)$ é a curva de oferta agregada de trabalho, derivada a partir do comportamento individual do trabalhador, que é idealizado escolhendo entre lazer (muitas vezes identificado com a idéia de não-trabalho) e trabalho, escolha esta sujeita à própria preferência dos trabalhadores, ao salário nominal e ao preço dos bens.

Desta forma, dadas as funções $f(\dots)$ e $g(\dots)$ — que incorporam informações sobre a tecnologia, o sistema de preferências dos trabalhadores e mais as hipóteses de maximização de lucros das empresas e de bem-estar dos trabalhadores — e a condição de equilíbrio, determinam-se o nível de pleno emprego — N^* — e o salário real — $(w/p)^*$. Dado N^* e a função de produção $F(N, K_0)$, determina-se o nível de produto de pleno emprego da mão-de-obra (ver partes (a) e (b) do gráfico a seguir).

Pleno emprego mostra, assim, na concepção clássica, consistência de planos de trabalhadores e empresários e não emprego efetivo da mão-de-obra disponível. A essência da análise reside na voluntariedade de ação dos agentes econômicos. Ao nível de salário real — $(w/p)^*$ — os trabalhadores, à luz de seu sistema de preferência, estarão dispostos a oferecer a quantidade de trabalho N^* , assim como os empresários ao contratar esta mesma quantidade estarão maximizando seu lucro. A diferença entre N_f e N^* mostra o volume de desemprego voluntário. Para os trabalhadores, a desutilidade do trabalho, argumentam os economistas clássicos, é maior que o salário real de mercado e, portanto, o seu nível de bem-estar estará sendo maximizado na situação de desemprego. Nada se diz sobre a capacidade de sobreviver dos trabalhadores enquanto fora do mercado de trabalho. É o respeito, argumenta-se, à vontade soberana dos agentes econômicos. A norma básica para definição de pleno emprego é, assim, a oferta de trabalho, definida em função da ação voluntária dos trabalhadores. Neste sentido, pleno emprego confunde-se com a definição de equilíbrio do sistema econômico. En-

REPRESENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO
(SISTEMA CLÁSSICO)



quanto predominante, esta concepção exclui, como ocorria antes da *Teoria Geral* de Keynes, uma política ativa de emprego por parte do Estado.

É claro que nenhum economista moderno, mesmo os de inclinação mais clássica, aceitaria de forma tão crua as implicações naturais do conceito de pleno emprego como apresentado. Para estes, numa versão mais sofisticada dos mesmos valores, o vigor do conceito clássico de pleno emprego reside no fato de ele se constituir na norma básica, no ponto de referência a partir do qual a dinâmica do sistema é compreendida. É dentro dessa perspectiva que se deve colocar a obra de Patinkin, assim como as teorias modernas que buscam desenvolver as fundações microeconômicas do mercado de trabalho.⁴ Deste ponto de vista, o importante é compreender como o mercado de trabalho reage a um choque exógeno, ou seja, identificar as forças automáticas que operam no sentido de reconduzir o sistema ao seu ponto de equilíbrio macroeconômico.

Enquanto não houver consistência de planos de trabalhadores e empresários, argumenta-se, haverá forças que operam no sentido de recolocar o sistema no seu leito natural, qual seja, o do pleno emprego. E, ainda mais, essas forças operam através de modificações de preços, salários e taxa de juros. A proposição fundamental é a de que os salários nominais, os preços dos bens e a taxa de juros variam inversamente com o excesso de oferta nos mercados de trabalho, de bens e de títulos, respectivamente. Vejamos agora como operam estas forças.

Para este fim, vamos admitir que haja uma queda da demanda agregada de bens e serviços e uma maior preferência por títulos e/ou moeda. A questão agora é saber como o sistema reage a esse choque exógeno. Seguindo-se à queda na demanda agregada, imediatamente teríamos excesso de oferta nos mercados de bens e de trabalho e excesso de demanda no mercado de títulos. Estas forças, por sua vez, determinariam quedas no preço dos bens, no salário nominal e na taxa de juros. Estas, por seu turno, filtrando as preferências do público, por exemplo, entre consumo presente e futu-

⁴ Robert J. Gordon, "Recent Development in the Theory of Inflation and Unemployment", trabalho apresentado na Conferência sobre Inflação da International Economics Association (Suécia, agosto de 1975).

ro, condicionariam mais investimentos, menos consumo, manutenção do salário real e, portanto, a recuperação do nível de produto de pleno emprego da mão-de-obra.

A idéia básica a registrar é que mudanças de preferências do público se materializam através de modificações de preços relativos, as quais estimulam mudança de comportamento dos agentes econômicos. É claro que estas mudanças não se fazem de forma instantânea. Dependendo da existência ou não de imperfeições no sistema de informações inerente à operação das forças de mercado ou mesmo da relutância natural dos agentes em aceitar mudanças de comportamento, o processo de ajuste poderá ser bastante lento. E aqui entra a questão fundamental: a que velocidade operam as forças automáticas e equilibrantes do sistema de preços? Sabe-se que quanto mais longo o processo de ajuste maior a possibilidade de se observarem flutuações nos níveis de emprego e produto e, portanto, maior a possibilidade de os agentes reagirem a "falsas" informações e assim provocarem movimentos divergentes, afastando, portanto, cada vez mais o sistema do ponto de pleno emprego. Embora se reconheça esta possibilidade, não há como negar que há entre os clássicos uma forte crença na estabilidade do equilíbrio do pleno emprego.

Nesta circunstância de lento processo de ajuste, quais então as forças que operam no sentido de reconduzir a economia ao nível de produto de pleno emprego, ou seja, ao ponto M no gráfico?

Como antes, nosso ponto de partida é uma hipotética queda na demanda agregada de y^* para y_1 que corresponde a N^* e N_1 no gráfico. Enquanto se mantiver o nível de produção de pleno emprego, haverá excesso de oferta de bens e de demanda de títulos, assim como acumulação de estoques. Se mantida esta situação por certo período de tempo, dever-se-á observar uma queda no ritmo de produção devido às crescentes dificuldades de liquidez para financiar a acumulação de estoques. É aqui, segundo Patinkin, que começa a história do desemprego involuntário. Devo salientar que começam também as dificuldades de se explicar como as forças automáticas eliminam as flutuações de emprego e produto.

Para fins expositivos, vamos admitir que a economia atinja o ponto k como indicado no gráfico, onde a oferta agregada iguala a

demanda agregada e se observa, ao nível de salário real — $(w/p)^*$ — o volume de desemprego dado por N^* menos N_f .

Em k , argumenta Patinkin, temos:

i) Excesso de oferta *potencial* de bens, que pressiona os preços para baixo. Aqui o estranho é o conceito de oferta potencial, fixada a partir da demanda agregada de trabalho $f(\dots)$. De um lado, argumenta Patinkin, com a acumulação de estoques, há um deslocamento de $f(\dots)$ para a esquerda até atingir o ponto k . De outro, paradoxalmente, afirma o autor que ao nível de salário real — $(w/p)^*$ — as empresas no agregado continuam a querer ofertar a quantidade de pleno emprego. Ora, isto parece muito estranho. É como se as firmas pautassem seu comportamento por duas demandas agregadas de trabalho, simultaneamente. Sabe-se que em k planos e realizações são inconsistentes. Neste caso, só seria possível definir excesso de oferta potencial ou não se, e somente se, as firmas ignorassem a informação dada pela demanda efetiva em k . Patinkin reconhece esse paradoxo, mas passa a utilizar o conceito de excesso de oferta potencial para explicar a dinâmica de ajuste. Na verdade, como veremos a seguir, essa dificuldade decorre do fato de que $f(\dots)$ é condição de equilíbrio da firma e não a demanda agregada de trabalho.

ii) Excesso de oferta de emprego, que pressiona o salário nominal para baixo. Temos aqui as mesmas dificuldades do item anterior. Se vale a definição de oferta potencial, deveria então valer a definição de demanda potencial de trabalho. No entanto, tal não ocorre. Neste caso, o que vale é a restrição dada pela demanda efetiva que passa por k . Estranho, não?

iii) Excesso de demanda de títulos, que pressiona a taxa de juros para baixo.

Em função destas forças, deve-se observar, segundo Patinkin, quedas em p , em w e na taxa de juros. O caminho do ajuste dependerá ainda da velocidade da queda de w e p . Aqui temos três possibilidades: a elasticidade de p em relação a w (E_{pw}) poderá ser menor, igual ou maior que 1. Se $E_{pw} = 1$, temos manutenção do salário real e quedas em w e p . Dado o estoque nominal de moeda, quedas em p provocam um aumento na riqueza dos detentores de

moeda e um desequilíbrio no mercado monetário. Por seu turno, isto provoca um aumento do dispêndio agregado. Este é o efeito liquidez real. Além deste, a queda na taxa de juros, devido ao excesso de demanda de títulos, provoca um aumento adicional da demanda efetiva. Desta forma, o sistema convergiria para o ponto M no gráfico, ou seja, para o pleno emprego.

Com E/pw menor que 1 , a dinâmica seria um pouco diferente. Neste caso, o salário real, no processo, cresceria. Em algum momento alcançar-se-ia um ponto como D no gráfico. Neste ponto não haveria mais excesso de oferta de bens, nem mesmo de oferta potencial, e, portanto, não mais pressão para quedas de p . No entanto, ocorreria excesso de oferta de trabalho, e neste caso teríamos um prolongamento do processo de ajuste, mas a convergência para M estaria garantida graças às quedas em w . Interessante notar que, a partir do ponto D , se houver inflexibilidade dos salários nominais para baixo, a economia estará em equilíbrio em D , portanto aquém do pleno emprego. Acabar-se-ia desta forma a beleza do ajustamento automático do sistema clássico.

Daí então a conclusão básica de Patinkin: a existência de desemprego involuntário, quando não entendido como um conceito dinâmico e portanto temporário, deve-se à rigidez do salário nominal. Esta usualmente ocorre em função da ação de sindicatos de trabalhadores ou da ação demagógica dos responsáveis pela condução da política econômica. Restabelece assim Patinkin a validade e a respeitabilidade acadêmica do paradigma que alimenta a crença no poder harmonizador das forças automáticas do sistema de preços.

Percebe-se portanto claramente que, dada a rigidez do salário nominal, o problema do desemprego involuntário se resume num descompasso entre w e o estoque nominal de moeda. Por exemplo, em D , no gráfico anterior, teríamos equilíbrio se os salários nominais fossem rígidos para baixo. Neste caso, um aumento do estoque nominal reconduziria a economia ao nível de produto de pleno emprego. Isto seria feito através de um aumento no dispêndio agregado da economia, induzido pelo aumento do estoque real de moeda e da queda na taxa de juros.

Entendida como uma resposta às críticas de Keynes, a obra de Patinkin ganhou amplo respeito profissional. Não é raro encontrar

autores que insistem em reduzir a contribuição de Keynes a um caso particular da teoria clássica. E este reside exatamente na hipótese particular de rigidez de salários que se atribui erroneamente a Keynes.⁵

Felizmente, por motivos que não convém aqui discutir, a profissão, em anos recentes, parece ter redescoberto Keynes. A partir do trabalho de Leijonhufvud⁶ e outros, a sensação de que as críticas de Keynes ao sistema parecem dominar os meios acadêmicos. Vejamos agora algumas dessas críticas.

3 — As críticas de Keynes

As críticas de Keynes à análise clássica do mercado de trabalho podem ser catalogadas da seguinte forma: primeiro, a crítica de que a análise ignora as características básicas de uma economia monetária moderna; segundo, de que a demanda agregada de trabalho é definida erradamente, confundindo demanda agregada de trabalho com a condição de equilíbrio da firma; terceiro, de que a oferta de trabalho é também definida inadequadamente. Vejamos agora cada qual destas posições.

3.1 — Economia monetária e flexibilidade de preços

Neste particular, o ponto crucial a fixar é que cada agente econômico, a cada momento de decisão, tem passado, presente e futuro. Tem, portanto, história. E, ainda mais, toda ação econômica, por ser localizada no tempo, está condicionada por ações passadas, assim como se projeta de forma inevitável no futuro. Desta forma, a ignorância em relação ao futuro gera inquietudes e incertezas, as quais

⁵ P. A. Samuelson, "A Brief Survey of Post-Keynesian Development", in Le-kachman (ed.), *Keynes' General Theory: Report of Three Decades* (Nova York: MacMillan, 1969); e Modigliani, "Liquidity Preference and the Theory of Interest and Money", in Richard C. Thorn (ed.), *Monetary Theory and Policy*.

⁶ L. Leijonhufvud, *Keynes and the Classics* (IEA, 1939).

afetam inapelavelmente as decisões dos agentes econômicos. E isto é particularmente importante numa economia monetária. É neste contexto que entra a grande contribuição de Keynes à teoria econômica: a introdução na análise macroeconômica dos conceitos de incerteza e preferência pela liquidez, estes estranhos à análise clássica.

É exatamente destas características que decorre a importância da existência de contratos na análise de Keynes. Introduce inércia e resistência a mudanças, podendo assim comprometer a operação das forças automáticas do sistema de preços. Sabe-se também que obrigações contratuais minimizam mas não eliminam as inquietudes dos agentes econômicos em relação ao futuro, mormente numa economia monetária. Embora sejam uma tentativa de domesticar e controlar o desconhecido, as obrigações contratuais são quase sempre expressas em valores nominais, ou seja, na unidade-padrão de valor, na moeda legal, razão pela qual não se pode eliminar o desconhecido das decisões econômicas.

Neste sentido, a estabilidade econômica das economias monetárias modernas depende mais da estabilidade ou não do valor de compra dos montantes contratados e da capacidade das partes contratantes de cumprir os compromissos contratados do que da própria operação das forças automáticas dos sistemas de preços.

Neste contexto é que deve ser compreendido o mercado de trabalho. O contrato de trabalho, uma das mais importantes instituições das economias modernas, guarda todas as características acima apontadas. É quase sempre expresso em valores nominais e fundamentalmente, mesmo quando por tempo indeterminado, pressupõe uma relação duradoura, além de implicitamente ser iniciado à luz de algum critério de justiça.

Segundo Keynes, ignorar essas características das sociedades modernas é incidir em erro. Com isto em mente, vejamos como fica comprometida a análise feita anteriormente.

Como vimos no gráfico anterior, uma situação de desemprego, a exemplo do que ocorre no ponto k , implica, segundo Patinkin, um excesso de oferta de trabalho e de bens, entre outras coisas. Vimos também que nessas circunstâncias p e w caem até que o equilíbrio de pleno emprego seja restabelecido. É desse tipo de análise que

Keynes difere fundamentalmente. Como então ocorreria o processo de ajuste numa economia monetária moderna na opinião de Keynes?

Segundo ele, quedas de p e w provocariam profundas alterações na distribuição da renda e da riqueza da sociedade, em função da existência de contratos. Devedores perderiam e credores ganhariam. Abrir-se-iam assim caminhos para uma eventual crise de liquidez. Dependendo da intensidade da queda de p e w , poderiam ocorrer eventuais quebras devido à iliquidez de alguns devedores, mesmo de alguns com excelentes condições patrimoniais. Assim, a crise de liquidez dos devedores estender-se-ia automaticamente para os credores com desdobramentos por vezes imprevisíveis. Nestas circunstâncias, poderia ocorrer uma queda na eficiência marginal do investimento em função das inquietações geradas por recorrentes quebras, o que, por seu turno, provocaria quedas adicionais na demanda agregada da economia e, portanto, mais desemprego e não menos como requerido pela análise clássica. Eis, portanto, o primeiro elemento de crítica: o efeito redistributivo poderia comprometer a eficiência operativa das forças automáticas do mercado competitivo no sentido de reconduzir o sistema ao nível de produto de pleno emprego.

E não é só. Em k , a demanda efetiva iguala a oferta efetiva e observamos, segundo os clássicos, o nível de desemprego, N^* menos N_I . Ainda assim, Patinkin afirma que os empresários têm uma oferta potencial que equivale ao nível de produto de pleno emprego da mão-de-obra, o que, por sua vez, pressiona os preços para baixo. Segundo Keynes, a informação dada pela oferta potencial é irrelevante para a tomada de decisões. Primeiro, porque os empresários respondem a *estímulos efetivos de mercado*, ou seja, numa economia monetária as informações relevantes para decisão se materializam através de valores monetários. Em k , a informação relevante é, portanto, o nível de demanda e produto que corresponde ao nível de emprego N_I . Segundo, perguntaria Keynes: numa situação dada por k , como os mercados poderiam filtrar os desejos dos desempregados, se estes não são capazes de expressar demandas monetárias no mercado? Como poderiam cumprir obrigações contratuais? Haveria riqueza acumulada no passado? Seria esta riqueza composta de ativos líquidos? Finalmente, quão líquida é a própria

força de trabalho nessa situação? Seria o trabalho em si garantia suficiente para financiar, através de dívida, consumo presente?

Todas essas questões são, por definição, excluídas da análise clássica. Para Keynes, no entanto, elas precisam de respostas se quisermos compreender o funcionamento de uma economia monetária moderna.

3.2 — Demanda agregada de trabalho e condição de equilíbrio da firma

Há na literatura pós-keynesiana uma tendência a identificar na condição de equilíbrio da firma a demanda agregada de trabalho. Há mesmo quem acredite que seja este o procedimento de Keynes na *Teoria Geral*. A despeito de tudo, Keynes rejeita explicitamente esta identificação em várias passagens de sua obra.

Para Keynes, o nível de emprego é determinado pelo *nível esperado* da demanda efetiva por parte dos empresários. Dado este e o nível do salário nominal, então o mercado determinaria o nível de preços consistente com a hipótese de maximização de lucro. Assim, Keynes inverte a relação causal dos clássicos. Estes afirmam que o nível de salário real determina o nível de emprego. Keynes afirma que o nível de emprego — o qual é por sua vez determinado pelo nível de demanda efetiva — determina o nível de salário real.⁷

Esta inversão tem implicações substantivas para a condução de política econômica. Enquanto para os clássicos toda a questão de desemprego é uma simples questão de salário nominal muito elevado relativamente ao nível de preços ou à oferta de moeda, para Keynes o problema muda drasticamente de feição. Na sua visão, o desemprego é uma questão de demanda efetiva. Neste caso, modificações do salário nominal poderiam afetar o nível de emprego *se, e somente se*, essas modificações afetassem positivamente a demanda efetiva. Neste particular, Keynes observa corretamente que o erro

⁷ Ver, a este respeito, L. Leijonhufvud, "Keynes' Employment Function", in *History of Political Economy*, vol. 6 (1974); e E. J. Mishan, "The Demand for Labor in a Classical and Keynesian Framework", in *Journal of Political Economy* (1964).

dos clássicos reside na identificação da condição de equilíbrio da firma com a demanda agregada de trabalho. Esta identificação só é verdadeira em equilíbrio de pleno emprego. Primeiro, porque em desequilíbrio planos e realizações não coincidem e, portanto, a produtividade da mão-de-obra é indeterminada. Segundo, porque enquanto não determinado o nível de produto e as condições dos mercados monetário e creditício, não se pode falar coerentemente de demanda derivada de trabalho. O erro decorre da extensão de um conceito microeconômico correto ao agregado, onde a famosa condição de *caeteris paribus*, embora valendo naquele, não se sustenta neste.

Para a análise microeconômica, a identificação seria correta para uma dada situação, usualmente consubstanciada na expressão tradicional: tudo o mais constante. Assim, uma queda no salário nominal, tudo mais constante (nível de preço, nível da demanda agregada, nível de juros, etc.), acarretaria maior nível de emprego. Para Keynes, na análise agregada esta proposição é insustentável, haja vista a impossibilidade de manter constantes as variáveis mencionadas. Neste sentido, *a equação (1) de Patinkin reflete uma condição de equilíbrio e, como tal, não pode ser determinante de comportamento.*

Assim, para Keynes, a resposta de como uma modificação no salário nominal afetaria o nível de emprego seria precedida das seguintes considerações:

i) de como w afeta p . Para Keynes, a hipótese de trabalho é que a elasticidade de p em relação a w é igual a 1. Assim, dada uma queda de w e p , viria a questão subsequente;

ii) de como modificações no estoque real de moeda afetariam a demanda de bens de consumo e de bens de investimento. Primeiro, poderíamos ter um aumento de demanda de bens de consumo através do efeito liquidez real. Segundo, poderíamos ter um aumento de demanda de bens de consumo e de bens de investimento devido à queda na taxa de juros, dada a preferência pela liquidez e o estoque nominal de moeda;

iii) de como quedas em w e p afetariam a distribuição de riqueza. Conforme indicado, este efeito distributivo poderia, através de eventuais crises de liquidez, afetar negativamente a eficiência marginal do investimento e, portanto, a demanda de bens de investimento;

iv) em casos em que w e p não variam na mesma proporção, de como alterações na distribuição de renda afetariam a demanda agregada. Admitindo-se uma queda no salário real, seria justo admitir uma queda na demanda de bens de consumo, na hipótese de que a propensão marginal a consumir dos assalariados seja maior do que a dos beneficiários de renda não contratual. Poderia também afetar negativamente a demanda de bens de investimento na hipótese de que os empresários reajam a essa modificação de forma a provocar quedas na eficiência marginal do investimento;

v) de como modificações em w poderiam afetar a própria política monetária. Para Keynes, modificações na política salarial e no salário nominal usualmente são acompanhadas por variações na mesma direção do estoque nominal de moeda, por ação dos responsáveis pela condução de política monetária. A isto, Hicks⁸ chama de “teorema dos salários”, elemento básico da análise de Keynes. Assim, modificações nos meios de pagamento teriam os efeitos conhecidos: quedas em w , nos meios de pagamento e, possivelmente, no dispêndio agregado.

Como se vê, a questão não tem uma resposta simples. Se as razões em (ii) fossem dominantes, teríamos a resposta clássica. Quedas em w aumentam o nível de emprego. Se as razões keynesianas, dadas por (iii), (iv) e (v), fossem dominantes, teríamos a resposta contrária. A mensagem que fica é, no entanto, de que a análise clássica peca por se concentrar tão-somente nos efeitos diretos de modificações de w no nível de emprego. Não seria de estranhar que, em circunstâncias típicas de uma economia monetária, os resultados clássicos fossem totalmente falseados.

⁸ J. Hicks, “Crisis in Keynesian Economics”, in *Basic Books* (1974), e “The Permissive Economy”, in *IEA Occasional Paper Special*, n.º 43.

3.3 — A oferta de trabalho: salário nominal *versus* salário real

Como vimos na Seção 2 deste trabalho, a análise clássica é toda feita em função do salário real. Em particular, a oferta de trabalho é função do salário real, o que equivale a dizer, argumentam, que trabalhadores não sofrem de ilusão monetária. Keynes rejeita explicitamente essa proposição.

Para Keynes, a barganha salarial no mercado de trabalho, numa economia monetária moderna, é feita em função do salário nominal. O salário real depende de outras forças, em particular da demanda efetiva, ou seja, modificações em w e p podem estar sujeitas a forças diferentes. Os contratos salariais são usualmente negociados em termos nominais e, mesmo quando por tempo indeterminado, não são renegociados a cada flutuação dos preços dos bens.

Em função disto, Keynes afirma que os trabalhadores respondem assimetricamente às flutuações em w e p . Quedas no salário real são resistidas se provocadas por quedas em w e relativamente aceitas se provocadas por elevações em p . Para os defensores do modelo clássico, esse tipo de proposição peca por atribuir aos trabalhadores um comportamento irracional. Independentemente das causas, argumentam, o que conta para o comportamento racional é o salário real.

No entanto, para Keynes, a própria definição de salário real está envolta de ambigüidades. Primeiro, porque o salário relevante para o trabalhador parece não coincidir com o relevante para o empresário. Assim, mesmo que tivéssemos que aceitar a análise clássica, teríamos que enfrentar o problema de trabalhar com pelo menos duas definições de salário real. A dificuldade maior, no entanto, não reside aqui. Uma segunda, e talvez maior dificuldade, é a existência de contratos. Como vimos, numa economia monetária moderna os agentes econômicos estão usualmente sujeitos a obrigações contratuais, as quais estipulam pagamentos, no futuro, de somas fixadas em valores nominais. Nessas circunstâncias, uma queda no salário nominal poderia ter efeitos mais danosos que uma elevação de preços, fixado um dado salário real. *Isto equivale a dizer que o conceito relevante de salário real não pode deixar de considerar o*

nível de endividamento dos assalariados. Nesta circunstância, irracional seria tentar pautar o comportamento dos assalariados tão-somente em função dos preços de bens e serviços.

Finalmente, o problema da hierarquia salarial. Segundo Keynes, o salário relativo pesa muito nas decisões dos trabalhadores. Assim, por mais importante que seja o salário real, possíveis modificações na escala salarial condicionam sobremaneira as negociações salariais. Quedas no salário nominal, do ponto de vista de cada trabalhador individualmente, sempre trazem consigo riscos de modificações indesejáveis de salário relativo, enquanto elevações de preços sempre afetam igualmente toda escala salarial. Nesta perspectiva, seria natural resistir a quedas de salário real através de modificações do salário nominal, mas não através de elevações de preços.

Desta forma, a proposição clássica de que a oferta de trabalho é função do salário real independentemente dos níveis de w e p é, numa economia monetária moderna, falsa.

3.4 — Algumas proposições de Keynes

A fim de sumariar as considerações anteriores, convém nomear algumas proposições tipicamente keynesianas:

i) numa economia monetária, a análise econômica moderna não pode dispensar algumas características institucionais, sob pena de se tornar irrelevante. Em particular, não pode deixar de considerar os efeitos econômicos da existência de contratos. Criam inércia e trazem à baila com mais clareza os problemas advindos do fato de que todo agente econômico é um prisioneiro do tempo. Dão substância à questão da preferência pela liquidez;

ii) da gama de contratos, o salarial é talvez um dos mais importantes do sistema econômico. Não só porque é o preço que, a exemplo de nenhum outro, permeia toda atividade econômica, mas também por cristalizar os valores da sociedade quanto à distribuição justa do produto. Como diz Hicks, não interessa que não saibamos, como economistas, definir o que seja justo ou injusto. O importante é fixar que nenhuma estrutura salarial será justa se não sancionada,

de alguma forma, por usos e costumes. Também fixar que ela será justa enquanto não questionada socialmente;

iii) nestas circunstâncias, a análise clássica perde substância. Define impropriamente demanda e oferta agregadas de trabalho e, portanto, nível de pleno emprego da força de trabalho. Embora Keynes não tenha tentado dar uma definição de pleno emprego, não há como negar que a definição keynesiana extrapola os limites da voluntariedade de ação ao nível individual. *A noção de pleno emprego é sempre um conceito sócio-político.* Enquanto a sociedade não se sentir motivada para a ação em função de uma dada informação sobre o número de desempregados, a noção de pleno emprego é irrelevante. Ao contrário, como ocorre nos Estados Unidos, sempre que se anuncia que o nível de desemprego atinge cifras superiores a 4% da força de trabalho, a informação gera ansiedade e motiva a ação dos responsáveis pela política econômica. Só neste sentido pode-se compreender o conceito de pleno emprego.

4 — Salário e preços

Como vimos, na teoria clássica o salário real é determinado endogenamente. De um lado, dada a hipótese de pleno emprego (perfeita flexibilidade de preços e salários) e um dado nível do estoque nominal de moeda, o nível de preços é determinado pelo estoque real de moeda que a sociedade deseja reter como parte de sua riqueza real total (que depende do próprio nível da riqueza total e de uma gama de taxas de retornos). De outro lado, o salário nominal é determinado no mercado de trabalho por condições de demanda — que, por sua vez, depende das condições de produção, da busca de lucro máximo das empresas e da estrutura de mercado na qual a empresa opera — e oferta de trabalho — que depende da vontade soberana dos trabalhadores de escolher, à luz de um salário real dado, entre lazer e trabalho. Nada há pois de especial com a determinação do salário real. Todo desemprego ou é voluntário ou resultado de um desequilíbrio momentâneo no mercado de trabalho.

As elaborações modernas desta visão, consubstanciadas na chamada Teoria Quantitativa da Moeda, nada acrescentam de substancial, a não ser refinamentos sobre o efeito liquidez real e o efeito de expectativas frustradas dos agentes econômicos com o fim de introduzir uma visão dinâmica dos movimentos do salário e preços.⁹

Todo este aparato é insuficiente para explicar recorrentes períodos de desemprego – crítica já feita por Keynes em 1936 – e, particularmente, o fenômeno recente de inflação com persistentes altas taxas de desemprego, a exemplo do que vem ocorrendo nas economias desenvolvidas no mundo ocidental – criticam Hicks¹⁰ e outros. Há ainda uma generalizada insatisfação com respeito à relação entre salário e distribuição da renda e suas implicações sobre o nível de atividade e o de preços.

Com origem nessa insatisfação, têm surgido algumas formulações alternativas ao sistema clássico, fortemente baseadas nas obras de Keynes. Um dos elos comuns a essas aproximações alternativas reside na teoria da determinação dos preços a nível micro e daí partindo para a determinação da distribuição da renda.

Evitando complicações desnecessárias para o momento, de acordo com estas formulações, pode-se escrever, ao nível agregado:

$$P = \phi \frac{W}{b} \quad (4)$$

onde: P = nível geral de preços;

W = salário nominal;

b = produtividade média do trabalho;

ϕ = grau de oligopolização da economia = “margem de lucro”, definida a partir do custo variável médio.

A partir da relação (4), pode-se decompor os movimentos de preços em W , b e ϕ . Nesta aproximação, os salários são determinados primariamente fora do sistema econômico, visto dependerem da ação sindical ou de outras forças políticas e sociais. Hicks, por exem-

⁹ Robert J. Gordon, *op. cit.*

¹⁰ J. Hicks, *op. cit.*

plo, afirma que o salário é simplesmente uma *questão de justiça social* e que nas sociedades modernas ele se movimenta independentemente das condições do mercado de trabalho. Desta forma, dado o atual nível de conhecimento, melhor é que salários sejam tomados exogenamente, o que significa uma volta à hipótese básica de Keynes. A produtividade de trabalho — b — para alguns, na vizinhança do nível “normal” de produção, não depende do nível de emprego, mas sim, fundamentalmente, da taxa de inovação tecnológica. Num dado momento do tempo é, portanto, constante.

O grau de oligopolização, por sua vez, está fundamentalmente associado à estrutura do moderno parque industrial. O comando sobre os preços que as grandes unidades industriais modernas detêm fixam o valor de ϕ , variável crítica nesta aproximação. Para dados níveis de b e W , a empresa “moderna” tenta garantir uma remuneração mínima para o capital investido através do controle de ϕ .

Nestas condições, toda pressão inflacionária adviria de W e ϕ , variáveis fora do estritamente econômico na concepção clássica, e as autoridades monetárias simplesmente sancionariam todas as pressões daí advindas. Estas pressões teriam algumas dimensões. Uma, entre lucro e salário. Outra, a posição dentro da hierarquia salarial e portanto interna à classe assalariada. Uma outra, ainda, a posição relativa de cada empresa no mercado, a luta pela “fatia” do mercado.

Convém notar uma implicação imediata de (4). Ao fixar ϕ , além de determinar preços para dados valores de W e b , fixa-se também a parcela salarial da economia. Na hipótese simples de proporcionalidade entre produto (y) e emprego (N), ou seja,

$$y = b N \quad (5)$$

obtém-se, com auxílio de (4) e da decomposição da renda entre salários e lucros (π), o que segue:

$$\frac{1}{\phi} = \frac{WN}{Py} \quad \text{ou} \quad \phi = \frac{1}{1 - \frac{\pi}{Py}} \quad (6)$$

Convém registrar também que nesta aproximação não se pode falar de inflação de custo ou de demanda sem ambigüidade. De (4), percebe-se que toda pressão sobre preços advém do lado dos custos, mormente de ϕ e W . No entanto, pode-se também mostrar que, partindo-se da demanda de bens de consumo, chega-se ao resultado de que toda pressão de demanda é essencialmente uma pressão de salários. E isto nos conduz para a outra dimensão da política salarial, a distribuição da renda e a demanda agregada.

Do ponto de vista da demanda agregada, pode-se mostrar que:¹¹

$$P_c = W \frac{L_c}{Q_c} \frac{L}{L_c} \{ \theta_w + \theta_\pi (\phi - 1) \} \quad (7)$$

ou seja, que o preço dos bens de consumo depende:

- i) do nível do salário nominal;
- ii) da produtividade do trabalho no setor de bens de consumo (L_c/Q_c);
- iii) da fração de emprego total alocada no setor de bens de consumo (L/L_c);
- iv) das propensões marginais a consumir dos assalariados (θ_w) e dos capitalistas (θ_π), $\theta_w > \theta_\pi$;
- v) finalmente, do grau de oligopolização da economia (ϕ).

É nesta perspectiva que a teoria keynesiana coloca o papel da política salarial. De um lado, afetando custos e, portanto, o próprio nível geral de preços. Do outro, influenciando distribuição funcional da renda, o que, por sua vez, afeta a demanda agregada da economia, que, por seu turno, também provoca pressões alistas sobre o índice geral de preços. Daí a afirmação de que nessa perspectiva a distinção entre inflação de custo e inflação de demanda é irrelevante.

Agora a questão básica: como entender o processo inflacionário nessa perspectiva?

¹¹ Weintraub e Katzner, "An Approach to a Unified Micro-Macro Model", in *Kyklos*, vol. XXVIII (1974).

Primeiro, ele é entendido como um processo de resistência a modificações na estrutura dos preços relativos e, portanto, a mudanças na distribuição de renda. A fim de melhor compreender essa proposição, vamos partir de uma definição de preço, na qual se considera a importância dos custos das matérias-primas importadas. Neste caso, definimos:

$$p_t = \phi_t \left(\frac{w_t}{b_{ot}} + e \cdot \frac{p_{mt}}{b_{1t}} \right)$$

onde os preços no momento t dependem:

- i) do *markup*, a exemplo do que dissemos anteriormente;
- ii) do custo da mão-de-obra por unidade do produto, w/b_o ;
- iii) do custo das matérias-primas importadas por unidade de produto, $e \cdot p_m/b_1$. Aqui, e representa a taxa de câmbio, p_m o preço em moeda estrangeira da matéria-prima importada e b_1 a produtividade destas.

Enquanto identidade, a expressão acima nada diz sobre o processo inflacionário. A parte substantiva advém da especificação da reação dos diferentes agentes econômicos a um dado choque ou em ϕ , ou em w , ou em e , ou em p_m , ou em qualquer combinação dessas variáveis. Vamos admitir que o choque inicial seja dado por uma modificação na condução da política salarial de forma a elevar o salário nominal com o objetivo de provocar uma redistribuição da renda em favor da classe trabalhadora, a exemplo do que ocorreu recentemente no Brasil.

Dada a política cambial e o preço das matérias-primas importadas, ocorreria uma de duas coisas. Queda no *markup* para permitir a redistribuição desejada ou proporcional elevação de p , frustrando desta forma o objetivo de política econômica. Como os beneficiários de rendas não contratuais normalmente oferecem resistência a modificações desta natureza, a insistência na manutenção da condução da política salarial deflagraria um processo de corrida salários-lucros que inevitavelmente, enquanto durasse a incompatibilidade redistributiva que inspirou a política, pressionaria os preços para cima, gerando dessa forma inflação. Neste caso, o ponto

focal do processo inflacionário reside na incompatibilidade redistributiva entre salários e lucros.

Admitamos agora que no desenrolar desse processo ocorra uma drástica elevação de p_m , a exemplo do que ocorreu com o preço do petróleo em outubro de 1973. Quais então as conseqüências desse novo choque?

Com a drástica elevação de p_m , ocorre necessariamente uma redistribuição da renda dos países importadores para os exportadores. Portanto, mais uma incompatibilidade redistributiva. Enquanto os beneficiários de renda não contratual mantiverem com relativo êxito sua resistência e a política salarial for mantida, observar-se-á forte recrudescimento inflacionário. Isto porque a simples elevação de p_m provoca uma redistribuição contra os assalariados, aguçando assim a "inconsistência" redistributiva inicial.

A tudo isso adicione-se agora uma política cujo objetivo consiste exatamente em promover mudança do perfil industrial, tal como praticamente criar um novo pólo de desenvolvimento, a exemplo do que ocorre hoje com insumos básicos no Brasil. O conflito desta vez se localiza na composição de ϕ , ou seja, na distribuição das margens de lucro dentro do próprio setor. Mais um foco de resistência, portanto, que tende agora a elevar o *markup* médio da economia. Note-se que até este ponto as resistências às mudanças com relação à política salarial e à elevação do preço do petróleo se faziam através da própria manutenção do nível de *markup*.

É claro que nessas circunstâncias de conflito generalizado o processo inflacionário ganha corpo. E eis a principal mensagem keynesiana: todo processo inflacionário decorre essencialmente da existência de incompatibilidades redistributivas e da capacidade de resistência que os eventuais perdedores possam oferecer às mudanças exigidas socialmente ou impostas com mão de ferro de fora para dentro do país.

Certamente esta é uma teoria de inflação fundamentalmente diferente da advogada pelos economistas clássicos. Estes, de uma forma ou de outra, inspirados na teoria quantitativa da moeda, a antiga ou a moderna, sempre localizam a causa primária da inflação numa expansão dos meios de pagamentos, a qual supostamente é controlada pelo governo. Nesta aproximação, inflação é sempre cau-

sada por governos “desonestos” ou incompetentes. No caso keynesiano, como vimos, a coisa muda radicalmente.

No entanto, a explicação keynesiana ainda não está completa, restando a explicação de como o setor financeiro responde passivamente às pressões decorrentes daquelas incompatibilidades. Nosso ponto de partida, para esta explicação, é a conhecida identidade:

$$M V = p y$$

onde M é meio de pagamento, V velocidade-renda da moeda, p preços e y produto real. Lembrando a relação (4) e voltando ao caso em que os preços das matérias-primas não são considerados, esta identidade pode ser reescrita da seguinte forma:

$$M V = \phi w N$$

No caso keynesiano, dada a estabilidade da demanda da moeda, que determina modificações em V , e a “resistência” dos beneficiários de renda não contratual, ϕ , segue-se que modificações autônomas em w provocam ou elevações de M ou quedas do nível de emprego. Uma vez que nas sociedades modernas, como enfatizado por Keynes, o desemprego causa grande ansiedade social, segue-se que normalmente M responde passivamente às flutuações de w . Desta forma, quanto mais intensas as incompatibilidades redistributivas, maior a ansiedade social em relação a possíveis quedas no ritmo de atividade e, portanto, mais propício o ambiente político às pressões dos eventuais perdedores. Num dado momento, é a indústria X que ameaça desempregar assalariados em função de quedas de demanda; num outro, é a indústria Y. E apelos desta natureza se generalizam, o que obriga a autoridade monetária a responder passivamente às pressões dos grupos de resistência às mudanças requeridas.

Nestas circunstâncias, o processo inflacionário só será controlado na medida em que os conflitos sociais forem de alguma forma acomodados. Enquanto tal não ocorrer, não há ambiente político para a condução de uma política econômica consistente. Daí a um processo galopante é um passo. Eis a mensagem.

5 — Palavras finais

Podemos resumir nossa discussão da seguinte forma:

i) O método de análise que inspira os economistas de orientação dita clássica ignora características fundamentais das sociedades modernas. Em particular, a incerteza é tratada de forma inadequada e, portanto, quase sempre reduz o problema da análise de uma economia monetária aos problemas de uma economia de troca simples.

ii) Em particular, a análise clássica desconsidera os problemas distributivos e, portanto, seus efeitos sobre o mecanismo automático, dito equilibrante, do sistema de preços.

iii) A demanda agregada de trabalho é definida erroneamente na análise clássica. Confunde condição de equilíbrio com demanda agregada de trabalho.

iv) A oferta agregada de trabalho, ao omitir as características básicas do contrato de trabalho, é também erroneamente definida.

v) Finalmente, em função destes problemas, é incapaz de tratar de uma economia que permite flutuações no nível de emprego e de produto. Atribui, portanto, flutuações nessas variáveis à inércia dos mercados que não permitem um ajuste instantâneo dos desequilíbrios provocados por choques exógenos ou à ingerência indevida do governo. Em particular, define inadequadamente a noção de pleno emprego.

vi) A análise de Keynes surge, portanto, como uma esperança de melhor compreensão dos fenômenos macroeconômicos. Não é completa, mas oferece aproximações bastante úteis à formulação de política econômica. Em particular, realisticamente, coloca as características básicas de uma economia monetária no centro da análise econômica. Introduce na análise os conceitos de incerteza e preferência pela liquidez de forma totalmente estranha à análise clássica.

vii) Keynes reformula radicalmente a teoria da determinação do nível agregado de emprego. Para ele, o nível de emprego é determinado pelo nível de demanda efetiva, o qual, por sua vez, de-

pende das propensões marginais a consumir e da eficiência marginal do investimento. Este, por sua vez, é fundamentalmente afetado pela própria preferência pela liquidez, a qual é a lembrança permanente de que o homem é um prisioneiro do tempo. É o veículo através do qual a ignorância sobre o futuro entra na análise e, portanto, a incerteza.

viii) Para Keynes, os salários nominais desempenham um papel fundamental na análise macroeconômica. É o numerário por excelência do sistema capitalista. É o principal determinante dos preços monetários dos bens e serviços.

ix) Além de determinar preços, os salários nominais são importantes na determinação da distribuição da renda funcional da economia e, portanto, do próprio nível da demanda efetiva. É certo que ainda não temos uma teoria acabada sobre os principais determinantes do nível e da estrutura dos salários nominais. No entanto, segundo Hicks, os germes dessa teoria estão em Keynes. Para aquele autor, assim como para Keynes, nenhuma teoria de fixação dos salários nominais poderá dispensar da análise algum critério de desejabilidade social sobre a hierarquia de salários. Este é um problema que infelizmente, como desejam os clássicos, não pode ser reduzido a critérios de racionalidade ao nível individual. É essencialmente um critério sócio-político, assim como o próprio conceito de pleno emprego.

x) Para Keynes, inflação é essencialmente um processo de contínuas tentativas de modificações de preços relativos e, portanto, tem um caráter essencialmente distributivo. Todo surto inflacionário é assim, para Keynes, fruto de alguma incompatibilidade redistributiva.

xi) Enquanto estas persistirem, as políticas creditícia e monetária respondem passivamente às pressões dos grupos que resistem às mudanças "socialmente desejadas".